

1 Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada na Sede do Conselho, a
2 Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). **Presenças:** Rute Alves
3 Ferreira, Ana Carolina Caruso Cavazza, Silvana de Souza Pereira da Silva, Marineide Agnelo de Oliveira,
4 Rosane de Arazão, Cândida Pereira da Costa, Cleudiran Sales Dias, Domingas Aparecida Cardoso de
5 Souza Cunha, Rosana Gazzola Favaro, Juliana dos Santos Corbett, Luciana Prataviera Franco, Sandra
6 Maria Menezes Ferreira Rocha, Camilla Marcondes Massaro, Stela Cristina de Godoi, Grazielle
7 Coutinho Moreno, Miriam Siesler Nobrega, Daniela Cristina Ribeiro Rossan e Rosangela Aparecida
8 Lopes da Silva. **Ausências:** Sônia Hipólita de Souza Sawazki, Fabiana Aparecida Ferreira, Ana Maria de
9 Faria Sebastião, Graciana de Mendonça Silva Yamamoto, Antônia Vanderlene de Sousa Morais, Maria
10 José da Silva Oliveira, Roseli Araujo da Silva, Maria da Guia Moura Nobrega, Clébia Alves Campos de
11 Oliveira, Renata Cauzzo Zingra Mariano, Adriane Marques Fernandes, Adriana de Carvalho Barão,
12 Margarida Montejano da Silva, Marlene Gonzaga dos Anjos, Elaine Cristina Borin da Silva, Evanir
13 Cássia de Oliveira Firmino, Fátima Regina Oliveira Vianna, Andreia Silvia de Freitas, Juliana Servidoni
14 de Magalhães e Ligia Cristina Teixeira de Souza Pacheco. **Outras Presenças:** Rosangela E. Rey – ex-
15 conselheira, Pamela C. Oliveira – Gabinete Vereador Wagner Romão, Lourdes Andrade Simões –
16 CNDM e Flávia Lopes – Administrativa do CMDM. **PAUTAS: 1)** Deliberação da Ata da Reunião
17 Ordinária de 29/01/2025; **2)** Comissões – devolutivas e encaminhamentos; **3)** 5ª Conferência Nacional
18 de Política para Mulheres; **4)** Planejamento 8 de março; **5)** Proposta para a formação das conselheiras
19 em 12/03 **6)** Definição de frase para solicitar inclusão contas e holerites – CPFL, SANASA E
20 SINDICATOS; **7)** Informes. A Coordenadora Cleudiran Sales Dias iniciou a reunião dando as boas-
21 vindas às conselheiras presentes, leu as pautas do dia e propôs deliberação da ata da reunião de 29
22 de janeiro de 2025, previamente encaminhada por e-mail às conselheiras e, como não houve
23 manifestação de acréscimo, objeção ou alteração, a ata foi **APROVADA**. Em seguida, passaram a
24 segunda pauta do dia. A conselheira Stela Cristina de Godoi, representando a Comissão de Educação,
25 apresentou a proposta de criação de **grupos de monitoramento de opinião pública**, formados por
26 mulheres de diferentes territórios de Campinas e faixas etárias, garantindo um debate amplo e
27 representativo, para monitorar opiniões sobre temas relevantes, levantando informações dos últimos
28 dez anos para contribuir com a conferência de 2025. Serão formados quatro ou cinco grupos de
29 mulheres. Para isso, buscou o envolvimento de alunos da PUCC para ajudar a sistematizar os dados.
30 Os grupos serão formados em março, e os temas de discussão serão enviados semanalmente em
31 abril. As discussões ocorrerão via WhatsApp, permitindo o envio de áudios com opiniões; o conteúdo
32 será então transcrito e analisado em maio, para identificar avanços e retrocessos em relação aos
33 temas debatidos na conferência de 2015, com uma possível apresentação ao plenário na primeira
34 reunião de junho, na segunda quarta-feira do mês. Stela explicou que, em vez de debater
35 diretamente os eixos da conferência atual, a proposta é fazer um balanço retrospectivo para entender
36 como diferentes gerações de mulheres percebem mudanças ao longo do tempo. Todas as tratativas
37 institucionais na PUCC foram alinhadas, envolvendo tanto o diretor do Observatório, no qual ela
38 atuará como pesquisadora monitorando os alunos, quanto a diretora da faculdade responsável pelos
39 estudantes. Antes de dar início à iniciativa, Stela quis validar a proposta com as conselheiras, apesar
40 da aprovação já dada pela Comissão de Educação. Ela ressaltou que, embora o Estudo não tenha base
41 estatística para generalizações, os dados coletados podem ser úteis para a conferência ou para o
42 próprio Conselho, como forma de avaliar se as políticas para mulheres avançaram, regrediram ou
43 permaneceram estagnadas nos últimos anos. Discutiu-se a inclusão de um grupo de homens, que
44 seria exposto aos mesmos temas para possibilitar a comparação de opiniões e a avaliação das
45 diferenças entre os gêneros. Contudo, após as considerações das conselheiras, essa inclusão foi
46 descartada neste momento, deixando-a para uma outra ocasião em que haja alguma intervenção
47 pedagógica. A conselheira Domingas Aparecida Cardoso de Souza Cunha afirmou que a conferência
48 deve servir para um diagnóstico abrangente desde a última edição, considerando questões como
49 violência, saúde, moradia e educação, que impactam a vida e o bem-estar das mulheres. Ela destacou
50 a importância de apresentar a situação da mulher em Campinas e ao realizar plenárias sobre esses
51 temas, teremos um panorama claro da região, que será levado ao Estado e, posteriormente, ao nível

52 nacional, contribuindo para a construção de políticas públicas. A conselheira Rosana Gazzola Favaro
53 mencionou que, ao visitar o presídio, o diretor-geral falou sobre os conflitos envolvendo mulheres
54 que tentam visitar homens presos por feminicídio, com algumas recorrendo ao juiz para liberar as
55 visitas. Entre as considerações das conselheiras, destacou-se a necessidade de que o juiz tenha um
56 olhar mais atento para as questões de gênero, evitando culpabilizar as mulheres pelas visitas, uma
57 vez que muitas são forçadas a realizá-las devido a pressões externas, como ameaças ou vínculos com
58 organizações criminosas, e que, mesmo sendo vítimas de violência, algumas são compelidas a manter
59 esses vínculos por diversos fatores. A conselheira Stela mencionou a ideia da Comissão de Educação
60 de utilizar as redes sociais do conselho ao longo do mês de março para divulgar pequenos vídeos
61 informativos sobre temas relevantes, propondo que cada comissão convide alguém com
62 conhecimento no assunto para gravar um vídeo educativo, a ser publicado semanalmente. A
63 conselheira Camilla Marcondes Massaro falou sobre a proposta de convidar a professora Cristiane
64 Pegorari para ministrar uma formação sobre feminicídio às conselheiras, com um momento para
65 exposição seguido de um espaço para debate, durante a reunião ordinária do conselho, no dia 12 de
66 março, proposta que foi aprovada pelo colegiado em comemoração ao dia da mulher. A conselheira
67 Cândida Pereira da Costa, representando a Comissão de Políticas Pública e Legislação, abordou a
68 necessidade de transparência no orçamento e alocação de verbas para o conselho, bem como a
69 importância de esclarecer as emendas e garantir autonomia na destinação dos recursos. A
70 conselheira Domingas explicou que os conselhos vinculados à Secretaria de Assistência Social enviam
71 anualmente um relatório com suas necessidades e planejamento, mas não tem acesso ao valor da
72 verba disponibilizada, destacando a importância da Secretaria formalizar, por escrito, o montante
73 destinado ao conselho e as despesas permitidas. A coordenadora Ana Carolina Caruso Cavazza
74 esclareceu que as emendas parlamentares recebidas pelo conselho já possuem destinação específica,
75 conforme determinado pelos vereadores que as encaminham, e ressaltou que, a verba solicitada foi
76 destinada à realização da conferência e, por isso, os recursos foram direcionados para despesas
77 relacionadas a esse evento. Carol enfatizou que as emendas parlamentares não permitem liberdade
78 para o órgão beneficiado decidir sobre sua aplicação, reforçando que todas seguem esse princípio,
79 sem possibilidade de alteração em sua finalidade. A coordenadora Cleo informou que as
80 coordenadoras solicitaram uma reunião com a secretária de Assistência, e também uma
81 representante da comissão para discutir sobre a conferência. Após as considerações das conselheiras
82 ficou definido que será solicitada uma reunião com a Procuradora do Núcleo de Assistência Social
83 para que a Comissão de Políticas possa esclarecer dúvidas a respeito do regimento interno, as leis
84 correspondentes e demais questões pertinentes. A coordenadora Carol apresentou a convidada
85 Lourdes Andrade Simões, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que também integra a
86 comissão organizadora da Conferência Nacional. Lourdinha fez sua explanação, contextualizando que,
87 em reunião realizada no mês de dezembro, foi consolidada a realização da 5ª Conferência, cuja
88 construção se baseará na experiência acumulada das edições anteriores. Ela mencionou que a 3ª
89 Conferência Nacional das Mulheres elaborou um grande plano de políticas públicas para as mulheres,
90 que ainda serve como referência, mas destacou a necessidade de avançar mais na formulação dessas
91 políticas. Além disso, lembrou que a 4ª Conferência, ocorrida durante o processo de impeachment da
92 presidenta Dilma Rousseff, não teve grandes resoluções, fazendo com que a 3ª Conferência continue
93 sendo a principal referência. Mencionou que o Encontro Nacional dos Movimentos Feministas do
94 Brasil, realizado em 2024, em Brasília, gerou um acúmulo de debates que é um instrumento para se
95 considerar na 5ª Conferência. E relatou sobre um processo de escuta, com reuniões envolvendo
96 conversas com diferentes grupos representativos, a fim de entender o processo metodológico de
97 organização dessas mulheres e como isso pode ajudar na formulação de políticas públicas mais
98 inclusivas e efetivas. A ideia é evitar um modelo piramidal de decisão, valorizando as vozes locais.
99 Lourdinha explicou que a pauta ainda será definida, mas prevê dois grandes eixos: democracia e
100 igualdade. O formato e o regimento a serem aprovados preveem três modalidades para a construção
101 da Conferência Estadual e Nacional: as conferências municipais oficiais, as conferências livres
102 organizadas por grupos de mulheres (como as indígenas, por exemplo) e as conferências temáticas

103 sobre questões específicas como saúde da mulher, moradia, mudanças climáticas. A etapa nacional
104 será realizada nos dias 29 de setembro a 1º de outubro de 2025. A estratégia do Conselho Nacional é
105 que, ao final da Conferência Nacional, haja um aumento no número de conselhos organizados em
106 todo o Brasil, além da criação de mais secretarias municipais de políticas para as mulheres. Diversas
107 dúvidas foram levantadas pelas conselheiras, as quais foram esclarecidas por Lourdinha. Em seguida,
108 a coordenadora Carol levantou alguns pontos relacionados à Conferência Municipal: já tem comissão
109 formada, já foi realizada reunião com as responsáveis pelas emendas parlamentares da secretaria de
110 assistência para esclarecimentos, e terão uma reunião com a secretária de assistência para alguns
111 encaminhamentos. Quanto aos possíveis locais para a realização da conferência municipal, foram
112 considerados verificar a disponibilidade do Bentinho, PUCC, Mackenzie, SESI e o Instituto
113 Agrônomo, sendo necessária a realização de visitas para verificar a acessibilidade e adequação dos
114 locais. Em decisão coletiva, ficou definido que as conselheiras Carol, Domingas, Cândida e Rosane
115 participarão da visita guiada à Casa da Mulher Brasileira em São Paulo. A conselheira Rosana deu dois
116 informes: no dia 20 de fevereiro haverá o encontro do Forma-se Mulher, um curso híbrido realizado
117 pelo Coletivo de Mulheres do Sinergia, com o tema 'saúde mental feminina'; e no dia 7 de março
118 ocorrerá uma roda de conversa sobre violência contra a mulher. A coordenadora Grazi ressaltou a
119 importância de retomar as reuniões da RMC para discutir políticas regionais. Feito todas as discussões
120 e considerações finais referentes aos assuntos que foram tratados nesta reunião, encerrou-se a
121 mesma e eu, Flávia Gianoni Lopes, lavrei a presente ata.